

Questão Discursiva - Noções de Administração Geral:

A Administração Pública possui a incumbência de satisfazer as necessidades da sociedade, entretanto, por serem estas ilimitadas e limitado o orçamento público de que dispõe o Estado, demonstra-se vital a correta gestão dos recursos públicos, visando a uma eficiente prestação de serviços públicos e efetiva execução de políticas públicas. Nesse contexto, visualiza-se a importância de se observar os princípios orçamentários ao longo de todo o ciclo orçamentário.

Considerando que o texto acima tem caráter exclusivamente motivador, redija um texto, atendendo, necessariamente, ao que se pede a seguir.

Explique o que são os princípios orçamentários (valor: 30,00 pontos) e qual importância possuem no ciclo orçamentário. (valor: 30,00 pontos)

Descreva os princípios da universalidade, unidade e anualidade. (valor 40,00 pontos)

Espelho de Resposta:

Os princípios orçamentários são regras básicas, linhas norteadoras que devem ser observadas na concepção e execução do orçamento público. São estabelecidos por normas constitucionais, pela legislação infraconstitucional, bem como pela doutrina. Possuem validade para todos os entes que compõem o federalismo brasileiro e devem ser aplicados por todos os Poderes ao longo de todo o ciclo orçamentário (planejamento, execução e controle do Orçamento Público).

Os princípios orçamentários são essenciais na elaboração do orçamento público, tanto por ter um papel de orientação de todo o processo orçamentário quanto por garantir o alcance da transparência, da eficiência e da racionalidade. Dessa forma, busca-se disciplinar e orientar a ação dos gestores públicos a fim de garantir que os recursos da Administração Pública sejam usados da melhor forma cumprindo o princípio do interesse público, além de manter o adequado funcionamento da máquina pública.

De acordo com o princípio da universalidade, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes de cada ente, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, o que viabilizará que o Poder Legislativo exerça um controle prévio sobre os gastos e receitas do ente em questão.

Segundo o princípio da unidade, o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento para cada ente da Federação em cada exercício financeiro. O objetivo é eliminar eventuais orçamentos paralelos de modo a permitir que o parlamento controle as operações financeiras de responsabilidade do Executivo.

Por fim, a anualidade, também conhecida como princípio da periodicidade, estabelece que o orçamento deve ter vigência limitada a um exercício financeiro que no Brasil corresponde ao ano civil.